



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

NOTÍCIAS NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE LEITURAS CRÍTICAS¹

Rossana Viana Gaia²

CEFET-AL

Resumo:

Este paper é parte da pesquisa “O uso do jornal impresso na escola: possíveis caminhos para a cidadania”, defendida em janeiro de 2001 no mestrado em Educação da UFPB. Suas idéias estão desenvolvidas também no livro *Educomunicação & mídias*. Nosso objetivo foi refletir sobre as possibilidades pedagógicas do uso das notícias no cotidiano escolar e pensar sobre a atuação do jornalista na educação. A leitura crítica da comunicação pode contribuir na formação de cidadãos participativos, mas é preciso que o educador não perca de vista que o foco é o ser humano e não a tecnologia.

Palavras-chave: notícias – educomunicação - jornal

O uso do jornal na escola é uma prática bem antiga. Na Espanha, em fins do século XIX, já se discutia a possibilidade de introduzir o jornal na escola, ao invés simplesmente da leitura de Cervantes. MACHADO (1997,161) também registra que por volta da segunda década do século XX, naquele país, a leitura de *Dom Quixote* era obrigatória, levantando uma séria discussão sobre os prós e os contras do uso do jornal como alternativa pedagógica aos clássicos da literatura.

Os favoráveis alegavam que ler jornal seria uma forma de preparar o aluno para a vida, mas os que rejeitavam a idéia alegavam que o jornal jamais poderia cumprir tal propósito, por abordar apenas aspectos superficiais da vida. Duas idéias inconsistentes, pois, como lembra MACHADO (1997), a depender do olhar e dos significados que atribuímos, um texto literário pode ser leve e atual quanto uma notícia de jornal, enquanto há notícias que podem revelar sentimentos profundos.

Embora essa proposta não se constitua propriamente numa novidade, como enfatizamos no início deste texto, é desafiadora, já que estudos realizados por MARQUES DE MELO

¹ Trabalho apresentado no NP11 – Núcleo de Pesquisa Comunicação Educativa, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

² Jornalista, professora do CEFET-AL, Mestre em Educação (UFPB), Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). E-mail: rossgaia@hotmail.com



(1999) indicam estreita relação entre o crescimento de leitores de jornais e a formação educacional. O consumo de notícias está ainda diretamente ligado ao poder aquisitivo, daí a importância de práticas desse porte sobretudo nas escolas públicas. Isso implica estimular o aluno, e também a si próprios, ao exercício de criticidade em relação ao que é publicado diariamente nos jornais, cujo uso na escola é favorecido pela sua essência multidisciplinar.

Tratar um jornal como um mero sistema de signos lingüísticos reduz e limita o seu uso como proposta pedagógica. Sendo a cidadania o oposto da proposta acrítica, uma das formas de estimular a formação do cidadão crítico é justamente propor um homem que participe ativamente na história. PONTUAL (1999,44) observa que “ler uma notícia ou matéria de jornal é também poder olhar um pouco para si mesmo” e, portanto, tornar-se mais consciente do seu papel no mundo.

Segundo SPINK (1994,10), “a cidadania – enquanto fenômeno social concretizado no cotidiano compartilhado – só pode ser entendida na interface indivíduo-sociedade”. Interface esta que tem dimensões amplas sendo, portanto, do interesse de múltiplas disciplinas. Enquanto conceito ou prática, a cidadania transcende os domínios das disciplinas específicas.

Ao observar o texto jornalístico a partir de uma análise contextual, é possível refletir sobre a tênue fragilidade do que seja ou não a verdade impressa em jornais. Os anunciantes, por exemplo, criam vínculos com os jornais que podem comprometer a *neutralidade* das empresas jornalísticas. É o caso de matérias nas quais se omitem nomes ou dados relevantes para a notícia. Mesmo no caso das empresas que optam ofertar ao leitor opiniões díspares sobre um mesmo tema, fundamentadas em dados confiáveis, conforme argumenta MARCONDES FILHO (1993,25), tais notícias terminam por levar o leitor à desinformação. Nessa lógica, o leitor tende a não confiar em nenhuma delas, já que se anulam.

A propósito das vantagens da inclusão da leitura do jornal em sala de aula, é preciso colocar algumas considerações prévias. Durante décadas, o preconceito com o texto jornalístico foi muito grande. Essa atitude, observa MANSUR (1997), pautava-se na chamada teoria da manipulação em comunicação, que considerava os meios de comunicação responsáveis por um paradigma de deformação da realidade.

Esse preconceito provocou uma rejeição que, antes de colaborar no processo de conhecimento dos mecanismos que contribuem na formação do produto final do jornal, apenas gerou mais desconhecimento. Se considerarmos que o aluno traz da sua vida cotidiana uma série de conceitos elaborados e observamos que os meios de comunicação integram a



realidade na qual ele busca suporte para uma série de informações, é possível perceber o quanto um meio como o jornal impresso contribui para as discussões em sala de aula.

Seguindo essa análise, a construção de significados não é algo determinado ou imposto pela mídia, mas uma prática diária, que acontece nas múltiplas relações que cada cidadão se permite manter. Embora a mídia vise a um consumidor enquanto produto final do seu marketing, MANSUR (1997,157) destaca que todos nós produzimos significados. Conforme o autor explica, a notícia “*é uma visão restrita, parcial, limitada e valorativa da informação. Mas o leitor do jornal volta a dar significados às notícias que lê*”. Isso porque a história pessoal de cada um é fundamental nas possibilidades de inferências a ser produzidas durante a leitura.

O que faz um homem cidadão? Poderíamos afirmar que é a consciência de que ele participa de uma sociedade e é responsável pelos seus processos de mudança. Seja sozinho ou em grupo, o cidadão pode fazer valer os direitos, mas, para isso, é fundamental exercitar a reivindicação. Ou seja, o aprimoramento democrático, está intimamente relacionado à ação. Utilizar essa abordagem é entender que a garantia de estar informado não se esgota ao término de um período escolar, mas se prolonga pela vida.

O jornal escolar

Uma vez que consideramos a sala de aula como um local de comunicação, entendemos que tanto a leitura quanto a produção de textos são atividades indispensáveis em sua rotina. Segundo HERR (1997a), enquanto **ler** é a possibilidade de estabelecer relações, seja com universos, personagens, modos de pensar ou outras informações, de forma que seja possível compreendê-las, **produzir** é a transmissão de informações para repartir, ou com um público vasto ou restrito, impressões e idéias.

Ler e produzir são atos de comunicação, mas nem todos os alunos terão o desejo espontâneo de estabelecer essas relações. Daí a contribuição que a escola pode efetivar, através da leitura de impressos e da produção do jornal escolar, bem como através da organização do próprio espaço físico, ser considerada uma questão aparentemente neutra, mas também poder implicar maiores ou menores graus de incentivos à participação dos alunos.

Sobre esta questão HERR (1997b:9-10) observa que



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

A organização do espaço traduz uma pedagogia e também um modo de relação pedagógica e humana. O espaço deve ser organizado para facilitar a comunicação sob formas variadas em função das situações: uma disposição em semicírculo será propícia a uma mesa redonda, um debate, uma discussão de cooperação [...]; o agrupamento de carteiras favorecerá as trocas em equipes menores para uma tarefa, uma pesquisa...

É através dessas estratégias que os estudantes, independentemente da faixa etária, podem ganhar autonomia comunicativa. Conforme destaca HERR (1999b:12), “*conhecer, compreender, comunicar é já se comportar como cidadão*”. Isto significa aprender a pedir a palavra, saber escutar os colegas e professores, levar em conta o que é dito pelos demais do grupo, bem como estabelecer limites para si próprio em possíveis intervenções, de modo a garantir que haja tempo para outros colegas também se posicionarem sobre a questão.

A autonomia de cada cidadão é conquistada através do confronto das próprias idéias com as de outras pessoas, o que nos leva a afirmar que as práticas pedagógicas com uso de mídia permitem esse exercício, já que nos jornais impressos, nos comentários feitos em TV ou rádio, bem como em outros meios de comunicação, está refletida parte da sociedade na qual nos inserimos.

O jornal escolar

A leitura do jornal, no entendimento de HERR (1999b:138), “*deve sempre preceder a construção do jornal escolar*”, pois permite que os alunos passem a perceber melhor a necessidade de transmitir bem uma mensagem, dentro dos princípios de clareza e de objetividade. A autora lembra ainda que é necessário entender o jornal escolar como um projeto, portanto resultado de um trabalho em equipe. Uma vez que qualquer assunto pode ser transformado em notícia, o projeto pode perfeitamente ser utilizado em propostas interdisciplinares, podendo envolver uma ou várias turmas de uma mesma escola ou até de escolas diferentes.

Contatos com alunos e professores de outras escolas podem ser feitos através da correspondência, sendo muito usual, hoje, a modalidade eletrônica. Não havendo computador na escola, o correio é alternativa possível. Estimular os alunos a conhecer outros bairros, outras regiões e outros países é uma das maneiras de abrir as portas da sala de aula para o exterior e utilizar essas informações no jornal escolar, uma forma de compartilhá-las. A ausência de condições favoráveis para a produção do jornal escolar não deve transformar-se



em obstáculo. Se a escola não possui gráfica própria, é possível usar o computador com impressora, ou mesmo a máquina de datilografia, obsoleta para alguns, mas alternativa para o jornal escolar. Se a opção for a máquina, é possível reproduzir o jornal através da cópia ou ainda do mimeógrafo.

Os gastos previsíveis com o projeto jornal escolar não podem ser desconsiderados pelos professores, uma vez que, dependendo da sua duração, talvez o ideal seja fazer assinaturas de jornais. Na falta das condições necessárias para isso, é possível ainda tentar, com os jornais locais, algumas edições que sobrem durante a semana, já que não é necessariamente fundamental que os alunos utilizem os jornais do dia.

Existem etapas que precisam ser cumpridas pelos grupos interessados na produção do jornal escolar. HERR (1997a:154) sugere que se comece pela escolha do nome. Em seguida, cabe ao grupo decidir formato, capa, número de páginas e papel.

A definição de matérias é um dos momentos mais importantes. As escolhas devem ser livres, podendo englobar os temas mais diversos possíveis, como, por exemplo, sobre a escola, sobre o bairro, críticas a espetáculos, sejam escolares ou não. Cumpridas essas etapas, o grupo passa então a definir a primeira página, selecionando o que considera mais importante para manchetes, cabeçalho, sumário e referências das páginas internas.

Os alunos precisam cumprir os prazos para marcar e realizar entrevistas, bem como redigir as notícias. Cabe ao professor, junto com o grupo, estabelecer um cronograma de trabalho. Com as matérias prontas começa o trabalho de fechamento da edição. É importante lembrar que fotografias e ilustrações garantem um tratamento visual mais suave; contudo, caso não haja dinheiro disponível para compra de filmes e revelação, é possível utilizar fotos recortadas de jornais ou revistas, de preferências com um comunicado formal ao veículo, solicitando autorização e indicando a fonte. A foto, quando escolhida em jornal local, facilita o contato com o profissional responsável pelo trabalho.

Para fazer a diagramação, recomenda-se que o grupo desenhe como deseja que fique a página, especificando as matérias que terão maior ou menor destaque, bem como as que terão fotos ou ilustrações. Se os alunos têm acesso ao computador e são das primeiras séries, recomenda-se que faça com o programa *Word*, mas, sendo de séries maiores e já possuindo mais acesso a informações, o programa *Page Maker* é uma solução viável. É possível também que os alunos conheçam outras alternativas; portanto, vale trocar experiências com a classe.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Após o fechamento da edição e da escolha da impressão ou cópia, o grupo entra na etapa de difusão. A divulgação do jornal escolar pode ser feita de muitas maneiras, dependendo do objetivo de cada grupo. É possível divulgá-lo somente na classe, entre os alunos, ou fazer cartazes e avisos que sejam afixados em murais da escola. Os pais também podem receber um exemplar da edição, e os professores podem solicitar que enviem suas opiniões. O jornal pode também ser encaminhado a outras escolas, lojas e instituições bairro e aos meios de comunicação da cidade.

Fecha-se aí o circuito da comunicação, quando essas empresas se posicionam seja verbalmente, quando recebem o produto, seja através de telegramas, recados eletrônicos ou registros escritos. Os alunos que começam no projeto como receptores, lendo as notícias publicadas nos jornais, chegam ao final como emissores de suas próprias mensagens e sabedores de que sua mensagem foi repassada.

Programa Jornal na Educação: marketing ou cidadania?

O estudo das relações entre jornalismo, escola e cidadania não se constitui propriamente numa novidade. No Brasil, o primeiro jornal a montar uma metodologia própria de trabalhar o uso do jornal na escola foi o Zero Hora, <<http://www.zh.com.br>>, no rio Grande do Sul, em 1981. Outros projetos já consolidados e surgidos logo depois, são os dos jornais *Folha de S. Paulo*, <<http://www.uol.com.br/fsp>>, e *O Estado de S. Paulo*, <<http://www.estado-escola.com.br>>. GAIA (2000) aborda a problemática, ao lembrar os primórdios dessa prática.

Esses trabalhos integram a proposta do Programa Jornal na Educação (JEd), mas é preciso considerar, conforme registra ADAIR (1995:123) que “*nos Estados Unidos, em 1932, o New York Times inicia seu programa de jornal na educação, Newspaper in Education Program, sendo reconhecido como marco na história dessas iniciativas, através da distribuição sistemática de suas edições nas escolas*”.

O projeto Newspaper in Education Program recebe referência especial no site do NTY, na Internet, pelo site <<http://www.nytimes.com/>>. Esse espaço, nos projetos similares brasileiros, é reduzido ou ignorado. No caso específico do NYT, há abertura para discussão não somente com alunos e professores, mas também com pais. A proposta do NYT considera que a notícia é um texto com múltiplas possibilidades de uso em sala de aula, uma vez que pode ser usada para ensinar uma variedade de assuntos, mas não indica possibilidades interdisciplinares.



Convém destacar que, nesses projetos, as empresas jornalísticas costumam manter uma equipe de profissionais envolvida no processo de qualificação dos professores interessados na proposta. Se a escola tem o objetivo de preparar alunos para serem pessoas preparadas para estar permanentemente revendo seus conhecimentos, é fundamental que os professores tenham a percepção de que também precisam exercitar-se de modo contínuo.

São muitas as abordagens possíveis para pesquisas que trabalham o texto jornalístico e seus reflexos no processo de construção da cidadania. Embora todas mereçam nosso respeito, nossa preocupação foi observar e considerar o fenômeno entre os indivíduos que se constroem em seu âmbito, ou seja, os alunos. Segundo MEDINA (1982:18), esse tipo de abordagem, que implica a avaliação do fenômeno através de uma práxis e de uma reflexão, conduz a um caminho onde existe “*o registro despojado de um presente repleto de dúvidas e não de certezas ideológicas*”.

Este estudo não se deteve em esquemas teóricos rígidos, mas se preocupou em observar o jornalismo a partir de sua essência, enquanto atividade com elevado grau de flexibilidade. Nas atividades propostas, não demos ênfase a possíveis *erros* na notícia, como os gramaticais, por exemplo, mas em sua meta, em seu objetivo e na discussão que ela possibilita, uma vez que consideramos a notícia como resultado de uma série de contextualizações, tais como a exigência da pressa como condição básica de circulação imediata e as possíveis censuras políticas e econômicas. Concordamos com MEDINA (1982) que pretender um jornal sem erros é, no mínimo, desconhecimento de causa e in experiência.

Ainda destacamos que, no momento de análise dos jornais impressos, interessa também o que *não* sai publicado, porque isso terá relação direta com possíveis censuras (política, econômica ou da própria empresa). A leitura de jornais é fator importante, num momento em que, conforme lembra MORAN (1996:101), “*estamos caminhado para um tipo de educador que não pode ser só um informante, mas um organizador do conhecimento [...], alguém que coordena, ao mesmo tempo, a diversidade de pessoas, de enfoques, de formas de conhecimentos [...]*”.

A pedagogia da *informação*, proposta por FARIA (1996b:11), centra sua preocupação principalmente na afirmação de que levar o jornal para sala de aula “*é trazer o mundo para dentro da escola*”. Em nosso entendimento, é preciso ponderar sobre a questão, uma vez que, ao usar o jornal, o professor trabalha com linguagem e, portanto, com um recorte da realidade ou mundo.



O debate sobre cidadania, portanto, não pode esquivar-se de algumas indagações, tais como verificar possíveis contradições na notícia e saber quem é o protagonista e, mesmo que superficialmente, elaborar uma análise de contexto, aprofundando o volátil da notícia. A vantagem do texto noticioso, ressalte-se, é que numa única matéria podemos trabalhar diversas áreas do conhecimento ao mesmo tempo.

Mas esse não é um fator exclusivo do jornalismo, já que na literatura essa possibilidade também não se exclui. Um livro como *Os Sertões*, por exemplo, ao mesmo tempo em que pode ser trabalhado em Língua Portuguesa, pode igualmente ser explorado numa aula de Ciências (clima, vegetação etc.), de História, de Teoria da Comunicação, etc. Já no jornalismo, o velho e o novo se cruzam dentro do texto, sempre com o caráter de atualidade, o que pode tornar as aulas mais atraentes. Nada disso, contudo, retira do professor a necessidade de elaborar objetivos para cada aula.

Retornando à proposta de FARIA (1996a), que associa a informação jornalística à realidade, ressaltamos que BARROS (1998:55) também observa que “*associar a informação da mídia à realidade, faz crer na sua transparência, ou seja, na correspondência absoluta entre o texto, a foto ou a imagem e o fato a ser descrito [...]. É preciso que o aluno saiba que o jornal, como qualquer produto informativo, é uma codificação, fruto de um conjunto de escolhas e seleções arbitrárias*”.

Observamos que uma das grandes perdas existentes no JEd é o fato de escolas sem condições de manter assinaturas de diferentes jornais passarem a trabalhar com uma única versão da notícia. Quando fala de “*seleção arbitrárias*”, BARROS pensa justamente nas escolhas que um repórter tem de fazer no momento em que chega à redação. Isso implica em saber o espaço em linhas de que a matéria pode dispor, a possibilidade de haver ou não abertura para foto, a inclusão, ou não, de chamada na primeira página.

Notícias: seleções e recortes

FERRÈS (1996) destaca a interferência gerada a partir da seleção de conteúdo que existe na preparação das notícias, nas quais alguns fatos são selecionados entre muitos outros possíveis. Para o autor, a seleção já pressupõe uma tomada de partido. Resumindo: nem tudo o que conta como importante num dia da vida da comunidade vira notícia. Isso porque é preciso que primeiro tenha existido uma pauta — e o usual, conforme já dissemos



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

anteriormente, é que o jornalismo se paute em si próprio. Uma reportagem interessante, mesmo depois de ter sido apurada por uma equipe de reportagem, pode ser descartada por conta de um outro fato ser tido como *mais importante* seja pela editoria ou pela empresa, já que o espaço para publicação é limitado.

Não deixamos de valorizar os aspectos positivos da proposta de FARIA (1996a e 1996b), que ressalta, em seus estudos, a importância de análise comparativa de jornais como condição ideal para que os alunos avaliem de forma mais crítica a notícia enquanto produto. Em nossa concepção, estar de posse de um único jornal, contudo, não invalida o processo de construção de uma análise crítica, daí a importância dos projetos de jornais em escolas.

O JEd seria afinal um trabalho voltado para a cidadania ou uma estratégia de marketing das empresas? A Associação Nacional de Jornais explica em sua página na Internet, <<http://www.anj.org.br>>, que o objetivo da proposta é incentivar o uso do jornal em sala de aula, introduzindo e estimulando o hábito da leitura entre crianças e adolescentes. Segundo Silvia COSTA (1997), jornalista e professora que se especializou no assunto, são três as metas dessa proposta. A primeira é mesmo empresarial e objetiva formar novos leitores. Entendemos que está implícita na proposta a formação de futuros consumidores do produto, igualmente. A segunda é educativa e teria como objetivo contribuir para otimizar a educação, enquanto a terceira é social, pois permite que os alunos tenham acesso a um produto muitas vezes distante das possibilidades econômicas dos grupos sociais nos quais circulam.

Se a escola tem o objetivo de preparar alunos para serem pessoas sabedoras da permanente necessidade de atualizar seus conhecimentos, é fundamental que os professores tenham a percepção de que também precisam exercitar-se de modo contínuo, e a leitura de jornais pode ser um caminho inicial. Ou seja, independentemente de as empresas jornalísticas utilizarem essa possibilidade como promoção e até mesmo vincularem a execução do projeto a determinada cota de assinaturas por parte das escolas, a possibilidade de o aluno ter acesso a esse produto já justifica sua importância. Cabe então às escolas encarar propostas desse tipo como mais um desafio a ser transposto e criar núcleos críticos para debate da mídia.

Embora o uso de notícias seja importante na escola, cabe ao professor transformar a informação em conhecimento. Isso implica compromissos que incluem a disposição em fazer a leitura da realidade na qual estamos inseridos, num exercício de aprendizagem com duas vias: o professor ensina, ao mesmo tempo em que aprende. Para NIDELCOFF (1986:30), a contribuição da escola deveria ser “[...] tomar consciência dos problemas de nossa época,



começar a assumir um compromisso diante dos mesmos”. Isso exige refletir que, num momento em que a moda é o discurso pedagógico acompanhado de tecnologia, nada parece mais importante do que a relação construída entre professores e alunos, os verdadeiros responsáveis pelos avanços pedagógicos.

Quando ensina que o saber é algo a ser descoberto e construído no coletivo, respeitando as opiniões dos seus alunos e ouvindo a todos com atenção e respeito, o professor já mostra o que é cidadania, que implica o entendimento sobre o espaço que se deve ocupar, respeitando-se o espaço alheio.

Outras mídias no contexto escolar

FRANCO (1996) afirma ser necessário o professor deixar de ser um espectador ingênuo e passar a ler a mídia e interpretá-la para o aluno. Nossa proposta segue a mesma trilha, mas, ao invés de *interpretar para*, sugerimos *interpretar com* o aluno, num objetivo comum: interpretação e respeito pelas diferenças. Nesse sentido não é possível usar não somente notícias publicadas em jornais impressos, mas também trabalhar com outras alternativas de mídias, dependendo dos interesses de cada grupo.

Para VIANNA (1996), alunos e professores precisam adquirir o hábito da análise, da crítica e da contestação. Não para contestar simplesmente, mas para reunir argumentos que demonstrem os diversificados aspectos de um dado discurso, tanto favoráveis quanto contrários. A mídia é um suporte importante nessa trilha cognitiva.

A utilização de recursos como filmes, músicas, desenhos, fotografias, mapas, símbolos, slogans, propagandas, logotipos e outras possibilidades difundidas pela indústria cultural não pode ser considerada uma mera estratégia que apenas permita aulas mais prazerosas. Usar essas fontes, somente com esse objetivo, segundo GARCIA & ROTA (1999), é inadequado e pode até mesmo frustrar alguns professores em caso de insucesso, já que é fundamental ter metas bem definidas. Após um filme, por exemplo, discussões em duplas e depois em grupos maiores, a partir de questões problematizadoras, podem permitir ampliação do interesse dos alunos em pesquisas a ser desenvolvidas posteriormente.

Mas não é o caso de indicarmos soluções prontas, uma vez que temos diferenças que merecem ser consideradas, sobretudo num país de proporções continentais, como é o caso do Brasil. Cada professor pode buscar suas próprias alternativas a fim de contribuir para a



construção do conhecimento de seus alunos. Essas opções podem ser buscadas também em fóruns de debate, quando todos possam partilhar suas experiências e ajudar-se mutuamente.

Mudar a forma de dar aula, realizar atividades e de avaliar, de acordo com MORAN (2000b), é possível integrando os meios de comunicação na escola. Mas isso não basta. É preciso também que possamos rever, ampliar e modificar muitas das atitudes presentes na prática de ensino-aprendizagem, o que pressupõe maior leitura e maior interesse pelas pesquisas que estão sendo realizadas.

Propor-se educar *para e com* os meios de comunicação requer análises cuidadosas, portanto, permanentes. Cabe ao professor estimular a aprendizagem, que pode ser prazerosa, mas sem perder de vista a criticidade, já que conteúdos desses mesmos meios podem ser integrados à prática pedagógica como fonte de aprendizado. A propósito, BOSI (1973:131) observa que, em geral, as narrativas presentes nos meios de comunicação de massa integram mecanismos de consolação e resumem a idéia de que “*a fraqueza e o desamparo podem sair vitoriosos graças a uma bela intervenção do destino*”.

A análise da publicidade é outra atividade significativa numa análise desse porte. No caso da TV, essa característica é muito mais marcada, já que os programas vendem num só contexto idéias, produtos e valores. E não se trata, nesse caso, de retomar o debate sobre lamentar as horas que as crianças ficam em frente à TV, como pontuou FERREIRO (1999). A questão central é ver o quanto há de escassez em interatividade e de excesso da passividade. Nessa mesma linha de reflexão, FERRÉS (1996:80) diz que:

[...] Educar para a reflexão crítica supõe ajudar a tomar distância no que se refere aos próprios sentimentos, saber identificar os motivos da magia, compreender o sentido explícito e implícito das informações e das histórias e, principalmente, ter condições de estabelecer relações coerentes e críticas entre o que aparece na tela e a realidade do mundo fora da mesma.

Para viabilizar tal proposta, a atuação de um educador que se proponha mediar os sonhos vendidos pela televisão é essencial. Ao interpretar de forma contextualizada e com base em toda uma experiência prévia de leituras e de vida, o professor pode acrescentar dados que passarão a enriquecer as futuras leituras televisivas feitas pelos alunos.

Essa é uma reflexão deixada também por FREIRE (2000:107). Ele alerta que as ideologias são veiculadas de forma muito sutil pelos meios de comunicação, exigindo dos que se propõem fazer uma leitura crítica deles o exercício permanente da curiosidade. Em sua



opinião, é importante exercitar a crítica diante da mídia, uma vez que esta tenta estabelecer uma verdade única. Ainda ele observa que, ao repetir o que se divulgou em determinado jornal, muitos de nós ficamos “*quase absolutamente possuídos pela verdade sonora e coloridamente proclamada*”.

No caso específico do trabalho com notícias, é importante lembrar, como registra ARMÉS (1999:15), que a mesma credibilidade que costumamos atribuir à fotografia “*tendemos a estabelecer também a todos os sons e imagens registrados e transmitidos*”. Isso pode tornar-se um problema se, ao perdermos a consciência da complexidade dos sentidos humanos, passarmos a captar e entender o mundo do mesmo modo que câmeras e microfones o fazem. Para FREIRE (2000:110), a única forma de não “*tropeçar na compreensão dos fatos*” é justamente evitar estar em frente da TV em estado de completo relaxamento.

Mas nem todos concordam com esse rigor absoluto e eterna vigilância diante da tela de TV. FERRÉS (1996:88), por exemplo acredita ser possível trabalhar com o texto televisivo de modo crítico, sem abrir mão do prazer estético, antes “*intensificando-o com o acréscimo de um novo prazer: o do conhecimento. Trata-se da conscientização de que espetáculo e reflexão não são na realidade incompatíveis, mas sim, complementares*”. Ou seja, o fundamental é que os alunos usufruam do prazer de assistir aos espetáculos propostos pelo meio ao qual mais tempo dedicam durante o lazer, mas sem ignorar os seus mecanismos de funcionamento.

A motivação dos alunos será maior, caso o professor busque analisar filmes ou programas que estejam habituados a consumir, normalmente mais pelo fascínio do que pela necessidade de fazer a crítica, ainda que tais produtos não tenham qualidade. O desafio do educador será, portanto, inserir a análise crítica onde praticamente só existe entrega e deleite.

Somente dessa forma, no entendimento de FERRÉS (1996:96), o processo educativo iniciado na escola pode estender-se para outras esferas da vida do aluno, pois “*a reflexão crítica surgirá espontaneamente quando assistirem a imagens semelhantes fora da sala de aula*”, o que termina por estabelecer uma ponte entre escola e televisão, contribuindo a primeira para essa reflexão crítica e a segunda para um ensino mais significativo.

Propor-se a educar o aluno e a si próprio para os meios de comunicação requer maleabilidade nos pontos de vista. Isto implica não só propor uma análise crítica sobre seus conteúdos, mas igualmente utilizar parte desses mesmos programas como fonte de



aprendizado. O aprendizado quando se prolonga para fora da escola transforma emoções em reflexões e o prazer em uma oportunidade a mais para uma análise crítica.

O autor observa que, quando surgiram o cinema, o rádio e, depois, a televisão, ressaltam as possibilidades educacionais, culturais e comunicacionais de cada meio. Contudo, frisa MORAN (2000a:73), “*esses meios são apropriados pelo capitalismo, que os transforma em indústria, buscando o lucro fácil e universal e leva ao predomínio de conteúdos de entretenimento e a formas de comunicação mais dirigidas do que participativa*”.

Ao levar os meios de comunicação de massa para sala de aula, o professor não deve perder de vista essa discussão, de modo a evitar correr o risco de limitar-se à simples informação, sem contextualizar o que está sendo ensinado. MORAN (2000b) elenca algumas sugestões para professores interessados no uso de TV e vídeo, com diferentes abordagens metodológicas, tais como introduzir assunto novo, ilustrar aulas ou simular experiências. Há várias sugestões em sua página, <http://www.eca.usp.br/prof/moran/tecom.htm>, na Internet.

Parece-nos importante pensar que a contemporaneidade nos obriga, a partir do surgimento e disseminação dos computadores de uso doméstico, a modificar a concepção de leitura, inclusive em sua otimização. Sobre essa questão, FERREIRO (1999,59) nos coloca a seguinte reflexão:

os que já haviam chegado à galáxia Gutemberg devem reciclar-se rapidamente. Mas o que faremos com os que nem sequer chegaram ao livro impresso? Com a aparição dos computadores, o abismo que já separava os não-alfabetizados dos alfabetizados alargou-se ainda mais: alguns nem sequer chegaram aos periódicos, aos livros e às bibliotecas, enquanto outros correm atrás de hipertextos, correio eletrônico e páginas virtuais de livros inexistentes.

Aqui reside, portanto, um dos maiores desafios para os professores, sobretudo os que atuam na esfera pública, uma vez que nem sempre há equipamento disponível para todos os alunos. Isso, longe de ser desanimador, deve ser transformado em obstáculo a vencer.

A presença da Internet na realidade dos estudantes no mundo inteiro não pode ser mais ignorada pela escola. COSCARELLI (1999:29) explica que “*saber receber e enviar e-mails e saber navegar na Internet são condições indispensáveis para quem quer usar o computador na sala de aula*”. A cobrança dos conhecimentos básicos na área da Informática, por já não ser mais restrita a áreas específicas, é uma das razões para que as escolas garantam aos alunos esse conhecimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAIR, Flávia. “*O Jornal como instrumento pedagógico. Programa Folha Educação: uma proposta de leitura de jornal em sala de aula*”. In: Comunicação & Educação. São Paulo: USP, jan/abr, 1995.

ARMES, Roy. *On Video. O significado do vídeo nos meios de comunicação* [trad.: George Schlesinger]. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, Clóvis de. “*Mídia: uma solução de risco*”, in: Revista Educação. Abr/1998.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1973.

COSCARELLI, Carla Viana. “*A nova aula de português: o computador na sala de aula*”. In: Presença Pedagógica nº 26. Belo Horizonte: Dimensão, mar/abr 1999.

COSTA, Silva. *Jornal na educação: considerações pedagógicas e operacionais*. Santos: s.e., 1997.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: contexto, 1996a.

FARIA, Maria Alice. *Como usar o jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1996b.

FERRÉS, Joan. *Televisão e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FERREIRO, Emilia. “*A revolução informática e os processos de leitura e escrita*”. In: Revista Pátio nº 9. Porto Alegre: Artmed, mai/jul 1999.

FRANCO, Marília. “*As linguagens audiovisuais no processo educativo*”. In: III Simpósio Brasileiro de Comunicação e Educação. Comunicação e Plano Decenal de Educação: Rumo ao ano 2003. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: UNESP, 2000.

GAIA, Rossana Viana. “*O uso do jornal na prática educativa*”. In: MALUF, Sheila (org.). *A prática pedagógica em questão*. Maceió: Catavento, 2000. Pp. 95-102.

HERR, Nicole. *Aprendendo a ler com o jornal* [trad.: André Luzayadio]. Belo Horizonte: Dimensão, 1997a.

HERR, Nicole. *100 fichas práticas para explorar o jornal na sala e aula* [trad.: Márcio Venício Barbosa]. Belo Horizonte: Dimensão, 1997b.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

MANSUR, Anahí. “*A utilização das mensagens dos Meios na Escola*”, in: Tecnologia Educacional. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. “*Por uma nova Teoria da Comunicação*”. In: Comunicação e Cultura Contemporâneas. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MEDINA, Cremilda. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

MARQUES DE MELO, José. *Os meios de comunicação de massa e os hábitos de leitura*. In: MONTEIRO, Eduardo & FELDMAN, Márcia. “*Mídia-educação e cidadania na era da informação*”. In: Revista Pátio nº 9 Porto Alegre: Artmed, mai/jul 1999.

MORÁN, José Manuel. “*A tecnologias de ponta e a comunicação professor-aluno*”. In: Simpósio Brasileiro de Comunicação e Educação. Comunicação e Plano Decenal de Educação: Rumo ao ano 2003. Brasília: MEC, 1996.

MORÁN, José Manuel. *Mudanças na comunicação interpessoal. Gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2000a.

MORÁN, José Manuel. *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas*. In: Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000b.

NIDELCOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade* [trad.: Marina C. Celidônio]. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PONTUAL, Joana Cavalcante. *O jornal como proposta pedagógica*. São Paulo: Paulus, 1999.

SPINK, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. “*A comunicação na gestão participativa em educação*”. In: III Simpósio Brasileiro de Comunicação e Educação. Comunicação e Plano Decenal de Educação: Rumo ao ano 2003. Brasília: MEC, 1996.